

A CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL: O  
ESTUDO DA CASA DO DIVINO

ELIZABETH JOHANSEN\*

Resumo: Atualmente, não se compreende o patrimônio como capaz de representar apenas uma pequena parcela da sociedade, mas sim de demonstrar toda a riqueza dessa mesma sociedade a partir da proteção de elementos culturais de diversos segmentos que a compõem. De um discurso patrimonial que inicialmente se referia exclusivamente aos grandes monumentos do passado, representativos de fatos importantes de um povo ou nação, avançou-se para uma concepção de patrimônio como conjunto dos bens culturais que incorporou as dimensões testemunhais do cotidiano, referentes às identidades coletivas. Patrimônios de valor regional ou municipal, de comunidades como as dos indígenas, ou representativos das mulheres, ou de grupos religiosos passaram a ser defendidos como bens patrimoniais. Portanto, a diversidade humana e ambiental foi considerada com um valor universal a ser promovido. Partindo do princípio da representatividade e de uma concepção ampliada de patrimônio cultural, alicerçada na relação da sociedade com sua cultura em uma dimensão espacial específica é que se apresenta o objeto de estudo da presente comunicação: a Casa do Divino, existente em Ponta Grossa desde 1882. Segundo registros o culto ao Divino Espírito Santo na forma de festas, novenas, orações, bingos, músicas, promessas, danças e barracas com *comes e bebes* teve origem a partir de uma promessa feita pela Rainha Isabel de Aragão, no século XIII, diante de uma crise que Portugal passava. Em Ponta Grossa, o culto ao Divino Espírito Santo teve início em 1882 quando D. Maria Julia Cesário Xavier encontrou em um olho d'água uma imagem do Espírito Santo. Após 132 anos de abertura a Casa do Divino, mesmo tendo sido fechada por pouco tempo, mantém-se enquanto um espaço de religiosidade católica popular, que possui materialidade específica em um local único, mas construiu nessa trajetória um alcance espacial que se desconhece, portanto necessita de estudos.

Palavras-chave: Casa do Divino, patrimônio cultural, territorialidade

Analisando a legislação contemporânea brasileira acerca da preservação do patrimônio, seja ele material ou imaterial, verifica-se uma interessante preocupação atual com o critério da representatividade, ou seja, “de referência à identidade, à ação, à memória dos

---

\* Professora Assistente do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPG.



diferentes grupos formadores da sociedade” (BRASIL, 2003: 146). Para que esse princípio constitucional se efetive é essencial a garantia do direito de que esses diferentes grupos sociais podem e devem se reconhecer no repertório preservado. No entanto, além de garantir tal direito é fundamental possibilitar a abertura de “espaços para a participação da sociedade no processo de construção e de apropriação de seu patrimônio cultural” (FONSECA, 2003: 65). Em outras palavras, o respaldo legal é fundamental para a salvaguarda de qualquer tipo de bem, mas a mobilização política da sociedade é que garante a participação, o reconhecimento e, por consequência, a efetiva preservação do seu patrimônio.

De acordo com Fonseca (2003: 73), “cada vez mais, a preocupação em preservar está associada à consciência da importância da diversidade – seja a biodiversidade, seja a diversidade cultural – para a sobrevivência da humanidade”. Em um mundo globalizado, no qual as sociedades possuem um elevado grau de intercomunicação, muito se fala em contextos multiétnicos, multirreligiosos, multiculturais e heterogêneos como característicos das sociedades contemporâneas, o que pode provocar o entendimento equivocado de uma relativa *uniformidade cultural*. No entanto, essas sociedades diferenciam-se entre si pelo espaço que ocuparam/modificaram e pelo processo histórico em que vivem ou ao qual foram submetidas. Ao mesmo tempo, se discute sobre preservação de identidades locais/regionais/nacionais como elementos distintivos dignos de serem mantidos e capazes de atrair e fomentar estudos, pesquisas, visitas.

Pensar em que cada comunidade contemporânea se diferencia das outras nos permite contextualizar o patrimônio de cada uma em seus processos sociais, ou seja, “como dinâmicas dramatizações da experiência coletiva, sobre a qual cada grupo social manifesta o que deseja situar como peregrino e eterno” (DA MATTA, 1979).

Nessa linha de discussão, Possamai (2008: 207) afirma que a preservação do “patrimônio cultural é garantia da sobrevivência social dos povos, porque é testemunho de sua vida”. Sendo assim, ao se ponderar sobre patrimônio a discussão a respeito da preservação de identidades torna-se fundamental, pois se o patrimônio é um artefato cultural inventado que adquire significados no processo de sua construção, ou seja, na vida cotidiana de grupamentos humanos, a identidade desses grupamentos é que dá forma e estrutura ao seu patrimônio. Já, a manutenção deste no decorrer dos anos reforça os elementos identitários que fazem com que determinado grupo se diferencie dos demais, visto que sua ênfase se dá nas relações sociais e não necessariamente nos objetos em si ou nas técnicas e processos para sua confecção.

A ação de se criar/construir/impor um patrimônio estabelece uma continuidade



temporal, conferindo existência física e geográfica a uma determinada história. Isso ocorre porque a categoria é constituída a partir de elementos, fatos ou situações escolhidos do passado, por membros legitimados por uma dada comunidade, com o objetivo de redesenhar um quadro que remeta a uma cultura comum, ou seja, onde todos se reconheçam, se identifiquem, visto que pretende certa uniformidade.

Kersten (2000: 33) ao analisar as características do patrimônio cultural de um grupo enquanto produção humana classifica-o em sua totalidade, ou seja, estabelece uma relação dialógica entre edificações, documentos escritos, objetos, modos de fazer, modos de viver e eventos. Por meio destes podemos entender como somos e percebê-los como parte do que somos. Assim, rompe-se com o senso comum que define patrimônio apenas como um conjunto imutável de objetos, edificações e documentos, agregando-se como contribuição o entendimento dos sentidos atribuídos para a construção de um patrimônio a partir de suas orientações culturais, políticas, geográficas, cronológicas, artísticas ou históricas, constrói a perspectiva da inter-relação como capaz de apresentar parte da riqueza patrimonial de uma comunidade.

Partindo do princípio da representatividade e de uma concepção ampliada de patrimônio cultural, alicerçada na relação da sociedade com sua cultura em uma dimensão espacial específica é que se apresenta o objeto de estudo da presente comunicação: a Casa do Divino, existente em Ponta Grossa (PR) desde 1882 (ROCHA, 2012: 15).

Segundo registros o culto ao Divino Espírito Santo na forma de festas, novenas, orações, bingos, músicas, promessas, danças e barracas com *comes e bebes* teve origem a partir de uma promessa feita pela Rainha Isabel de Aragão, no século XIII, diante de uma crise que Portugal passava (GIMENEZ, 1995: 34-35). Finalizada a crise, em agradecimento ao Espírito Santo, a Rainha promoveu uma festa em sua homenagem, que se repetia a cada ano (CASCUDO, 2001: 768). No Brasil, a devoção foi introduzida inicialmente no litoral dos atuais estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por volta do século XVIII e “gradativamente foi se propagando por todo território nacional ganhando características singulares” (ROCHA, 2012: 13) e denominações específicas.

Em Ponta Grossa, o culto ao Divino Espírito Santo teve início em 1882 quando D. Maria Julia Cesário Xavier encontrou em um olho d'água uma imagem do Espírito Santo, ou seja, uma pomba de asas abertas. Segundo registros D. Maria sofria de problemas mentais e falta de memória, tanto que ao encontrar a imagem ela estava perdida se dirigindo a Castro sem saber o motivo de sua saída de casa. Ao se deparar com o objeto rezou e sentiu-se curada,



recobrando a memória e voltando para casa. A notícia de sua cura se espalhou e a partir de então passou a ser conhecida na cidade como “Nhá Maria do Divino”. Na sequência, D. Maria começou a recolher quadros de diferentes santos e acabou construindo em uma das salas de sua casa um altar, que recebeu um ostensório onde fica exposta até hoje a imagem do Divino. (Diário dos Campos, 1979)

Amigos e familiares começaram a frequentar o local, onde eram realizadas novenas, rezas, procissões com as bandeiras até as residências próximas, culminando com a festa em honra ao Divino Espírito Santo no domingo de Pentecostes. Com a morte de D. Maria em 1917, a casa passou para seu sobrinho e esposa, D. Zepherina Ribeiro, que se tornou a responsável pela casa e manutenção do culto ao Divino. Nesse momento deu-se início a visitação pública do espaço, que gradativamente passou a receber devotos vindos de cidades e estados vizinhos. (Diário dos Campos, 1979). Esses devotos, após sua visita e orações na Casa do Divino, deixaram cartas, bilhetes com pedidos ou agradecimentos escritos, fotografias com e sem dedicatória, ex-votos, quadros de santos que compõem até hoje o acervo da casa.

Com o falecimento de D. Zepherina em 1957 a responsabilidade pela Casa do Divino passou para sua filha Edy Ribeiro Chaves, que não tendo filhos contou com a ajuda de seu sobrinho Antônio Edu Chaves e sua esposa Lídia Hoffmann Chaves para cuidar e administrar o local de devoção. Nos anos finais de sua vida (década de 1990), devido a problemas de saúde D. Edy manteve a Casa do Divino fechada para cultos. Em 1996, após seu falecimento, a casa foi reaberta sob os cuidados de D. Lídia Chaves, que prestou essas informações.

Após 132 anos de abertura a Casa do Divino, mesmo tendo sido fechada por pouco tempo, mantém-se enquanto um espaço de religiosidade católica popular, que possui materialidade específica em um local único, mas construiu nessa trajetória um alcance espacial que se desconhece, portanto necessita de estudos. A casa, no transcurso desse tempo deixou de ser apenas um local de culto e transformou-se em um patrimônio cultural, tendo sido tombada pelo COMPAC<sup>1</sup> em 04 de agosto de 2006. De acordo com o parecer dos conselheiros do COMPAC a Casa do Divino possui “valor arquitetônico, histórico e referencial como lugar de memória, e como patrimônio cultural intangível”. (PROCESSO, 2006)

Atualmente, não se compreende o patrimônio histórico como capaz de representar apenas uma pequena parcela da sociedade, mas sim de demonstrar toda a riqueza dessa mesma sociedade a partir da proteção de elementos culturais de diversos segmentos que a

---

1 COMPAC: Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, vinculado à Fundação Municipal de Cultura, da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.





compõem. De um discurso patrimonial que inicialmente se referia exclusivamente aos grandes monumentos do passado, representativos de fatos importantes de um povo ou nação, avançou-se para uma concepção de patrimônio como conjunto dos bens culturais que incorporou as dimensões testemunhais do cotidiano, referentes às identidades coletivas. Patrimônios de valor regional ou municipal, de comunidades como as dos indígenas, ou representativos das mulheres, de grupos religiosos ou esportivos passaram a ser defendidos como bens patrimoniais. Portanto, a diversidade humana e ambiental foi considerada com um valor universal a ser promovido.

Analisando esse aspecto, Funari (2006: 36) afirma:

*Somente na década de 1980 foi consolidada entre os especialistas uma aceção ampliada do conceito de patrimônio, compreendido não só por produções de artistas ou intelectuais reconhecidos, mas estendido às criações anônimas, oriundas da alma popular. (...) Seguindo essa linha, asseverou-se que o apreço pelo patrimônio cultural estimulava os povos a salvaguardar sua soberania e independência e, por conseguinte, reafirmava sua identidade.*

Nessa condição não se aceita mais o patrimônio como apenas representativo de determinados segmentos da sociedade, pois ele deve ter a função de demonstrar a multiplicidade de elementos que compõem qualquer comunidade, muitas vezes com interesses distintos e conflitantes. Sendo assim, arquiteturas diferentes, danças, gastronomias, cantigas, tradições, ritmos, ritos religiosos, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas suas próprias comunidades e também pelos organismos governamentais locais, estaduais, nacionais ou internacionais.

Sob esse enfoque, o patrimônio e as ações em sua defesa passaram a ser vistos como construções sociais historicamente edificadas e espacialmente estabelecidas. Ou seja, “a ação preservacionista não incide sobre a cultura em si, mas, seletivamente, sobre seus suportes materiais e simbólicos produzidos e reproduzidos por grupos humanos” (KERSTEN, 2000: 33) em dada época e lugar. São, por exemplo, moinhos, estações de trem e mercados públicos, além das práticas sociais desenvolvidas em seu seio, que devem ser preservados; expressões, práticas, representações, técnicas e conhecimentos que agora também são reconhecidos como bens patrimoniais.

Essa nova categoria de patrimônio, que a partir de então poderia ser material e imaterial, compreende o Patrimônio Cultural como manifestações ou testemunhos significativos da cultura humana, que são importantes para a formação e manutenção da identidade cultural de uma dada comunidade.

A partir desse entendimento, pensar a relação existente entre geografia e patrimônio

está muito próximo do que Rosendahl propõe para geografia e religião, visto que ambas “se encontram através de uma dimensão espacial, uma porque analisa o espaço, a outra porque, como fenômeno cultural, ocorre espacialmente” (2002: 11). Por mais que a perspectiva dessa pesquisa com relação a Casa do Divino seja a análise da construção de sua territorialidade enquanto patrimônio cultural, não se pode esquecer que ela é um espaço de religiosidade, portanto, um espaço sagrado. Nesse caso, o sagrado entendido como elemento de caracterização e diferenciação de lugares a partir de uma perspectiva simbólica.

Ao mesmo tempo em que se defende a necessidade de mapeamento e estudos sobre patrimônios culturais tombados/registrados ou não, pois essa é a principal forma de sua manutenção/preservação, justifica-se o presente objeto a partir do entendimento da carência de pesquisas sob orientação conceitual da geografia cultural com atenção às paisagens e construções investidas de significado religioso (ROSENDAHL, 2002: 18), como é o caso da Casa do Divino, compreendida tanto como construção em um espaço urbano específico, mas principalmente sua área de atuação, que extrapola a materialidade e a espacialidade da construção do imóvel.

Nesse caso, toda a discussão sobre a necessidade de materialidade espacial em um dado momento de um patrimônio imaterial pode também ser problematizada com base nas ideias de Halbwachs ao analisar a relação da memória coletiva e o espaço: “os lugares sagrados participam da estabilidade das coisas materiais ao se fixar sobre eles, confiná-los em seus limites e inclinando sua atitude à disposição deles, é que o pensamento coletivo do grupo de fiéis possui maiores chances de se imobilizar e de permanecer” (1990: 157). Mesmo concordando com a necessidade da materialização e definição de seu espaço específico, o que garante a estabilidade de um patrimônio, também é interessante pensar que no caso de existência de uma imaterialidade, esta não pode e não deve ser congelada, como o tombamento de um imóvel ou de um acervo, mas para manter seu processo espontâneo de manutenção/transformação conforme a necessidade de seus criadores/mantenedores se faz urgente o estudo e mapeamento de um bem patrimonial como a Casa do Divino.

Essa preocupação em delimitar geograficamente o objeto de estudo também é apresentada por Haesbaert como um elemento central e, às vezes, desprezado em muitas pesquisas. O autor defende a necessidade da teorização dos níveis diferentes de análise espacial existentes ou “de modo muito sintético, ao reconhecimento das diferentes extensões/ordenações espaciais desses fenômenos”, porque tem-se “dificuldade de se compreender processos com distintas velocidades de transformação e formas de ordenação no



espaço”. (2002: 108) Pensar a Casa do Divino, como um objeto de pesquisa, a partir dessa perspectiva é muito instigante porque permite analisá-la em toda sua extensão, seja cronológica como geográfica, ou seja, suas transformações e/ou manutenções de práticas religiosas, assim como seu espaço inicial e sua área de abrangência atual, enfim, suas “descontinuidades e os entrelaçamentos”. (2002: 114)

Outro aspecto também deve ser levantado: a Casa do Divino estabelecida em Ponta Grossa é a única no Brasil que existe como um local de culto, em um imóvel específico e que está aberto durante todo o ano desenvolvendo diferentes atividades religiosas, além da Festa ao Divino Espírito Santo, ocorrida no domingo de Pentecostes (50 dias após a Páscoa). A Casa do Divino também realiza ações em um período que antecede a Festa fora do próprio imóvel, ou seja, levando a Bandeira do Divino e seu cortejo a diferentes bairros de Ponta Grossa, assim como a distritos rurais do município, além de levar a Bandeira a municípios vizinhos, configurando de outra forma a sua territorialidade. Agora, no mês de maio de 2015, antecedendo a Festa de Pentecostes, que ocorreu no dia 24 de maio, tive a oportunidade de acompanhar algumas dessas saídas dos Festeiros do Divino, nome pelo qual os cantores, violeiros e sanfoneiros são conhecidos pelos devotos. Percebi a existência de três tipos distintos de saídas com a Bandeira do Divino:

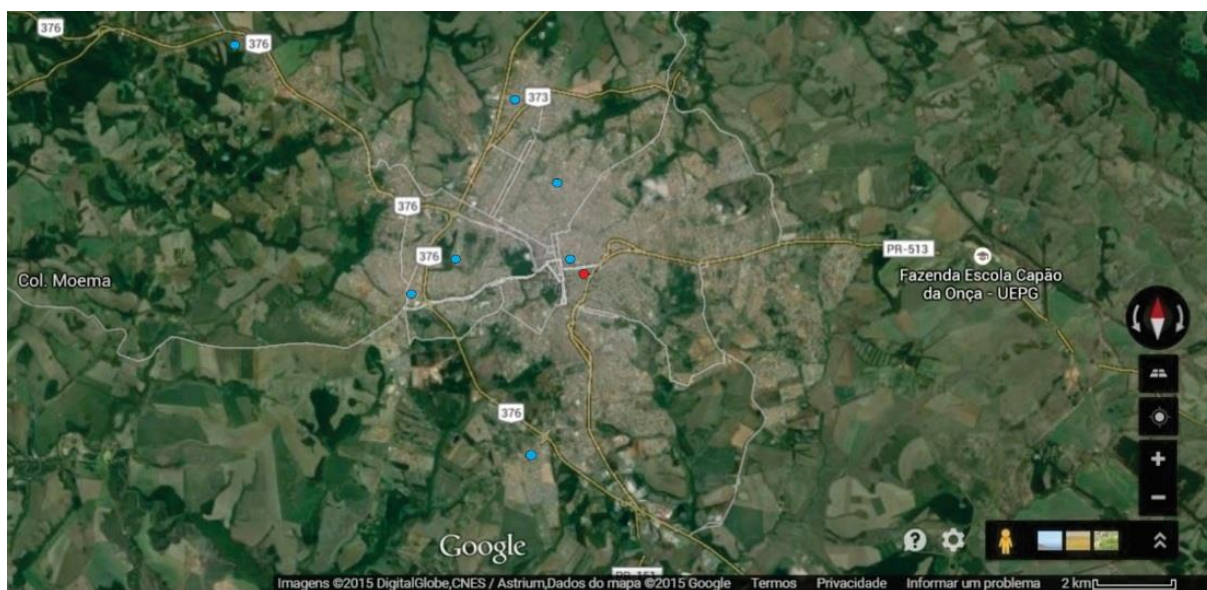
- saída para fazer propaganda da festa, geralmente em igrejas e capelas. É rápida e o foco central é a Festa de Pentecostes. Este tipo de saída não foi contemplada no mapa abaixo;
- saída para levar a Bandeira do Divino para abençoar casas. É mais demorada, inclui a bênção das pessoas e de todos os cômodos da casa;
- saída para levar a Bandeira do Divino e rezar uma novena em uma casa. É bem mais demorada e inclui a bênção das pessoas, mas não da residência.

Os dois últimos tipos de saídas estão apresentadas no mapa abaixo. É perceptível que a sacralidade existente no espaço sagrado da Casa do Divino é levada junto com a Bandeira quando as visitas incluem bênçãos, seja das pessoas quanto dos lugares. Essas categorias de saída incluem comes e bebes ao final das bênçãos, para que os Festeiros do Divino recobrem as forças e voltem no próximo ano.

As saídas com a Bandeira do Divino e as bênçãos antes de Pentecostes não são atividades exclusivas da Casa do Divino de Ponta Grossa, no entanto, o fato de manter outras atividades no decorrer de todo o ano são elementos únicos e particulares dessa Casa do Divino. Pesquisando no IPHAN foi encontrado o registro da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis (GO) e da Festa do Divino Espírito Santo de Paraty (RJ) na categoria de Bens



Culturais Registrados como representantes do Patrimônio Imaterial Brasileiro, porém, nenhuma dessas festas, assim como muitas outras existentes e espalhadas pelo Brasil, e, não registradas no IPHAN, possuem um imóvel com as funções da Casa do Divino de Ponta Grossa. No máximo, as festas citadas possuem uma construção para guardar objetos referentes à festa, mas não como um local de culto religioso, ou seja, um espaço sagrado, reconhecido como patrimônio cultural local e aberto durante o ano todo.



Mapa 1 - Visitas realizadas levando a Bandeira do Divino em 2015

O ponto vermelho é a sede da Casa do Divino na área central de Ponta Grossa (PR), os pontos azuis são os diferentes locais visitados pelos Festeiros do Divino entre 02 e 16 de maio de 2015.

Quando se estuda a religião a partir do contexto geográfico analisa-se a apropriação de determinados segmentos do espaço, ou seja, os espaços apropriados efetiva e afetivamente por uma fé são denominados territórios, nesse caso, territórios religiosos. Sack afirma que o território surge a partir da “tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”. (HAESBAERT, 2002: 133) Já a territorialidade significa o conjunto de práticas desenvolvidas pelos representantes dessa fé para controlar um território em especial. (ROSENDAHL, 2002: 59) Sendo assim, no transcurso de 132 anos de existência a Casa do Divino, personificada por suas representantes, desenvolveu atividades e ações buscando a delimitação e afirmação da crença no Divino Espírito Santo em uma área geográfica, talvez não pensada de forma consciente e específica, mas fundamental para sua existência e manutenção.

É interessante ressaltar que um dado território não precisa ser exclusivo de uma fé



específica para existir, é possível a coexistência e até sobreposição de territórios, o que pode gerar conflitos. Analisando essa questão a partir da Casa do Divino é fundamental lembrar que quando ela surgiu, no final do século XIX, o catolicismo praticado no Brasil era essencialmente um catolicismo regalista, também conhecido como padroado, em que as práticas do catolicismo popular eram toleradas. (MICELI, 1988: 16-26) No entanto, a partir da República esse modelo de catolicismo foi sendo paulatinamente suplantado pelo que ficou conhecido como romanização ou processo romanizador<sup>2</sup>, implementado em Ponta Grossa pelo seu primeiro bispo, Dom Antônio Mazzarotto entre as décadas de 1930 e 1960. (CAPRI, 2003: 61)

Mesmo tendo iniciado todo um trabalho de normatização da sociedade católica local dentro dos parâmetros romanizantes D. Antônio não conseguiu impedir que o culto ao Divino Espírito Santo fosse mantido na Casa do Divino como era desde o final do século XIX, prova é que somente na década de 1990 o local suspendeu suas atividades por motivos de saúde de sua responsável e não por imposição da Igreja Católica. Diante dessa realidade de ocupação de um dado espaço por duas instituições religiosas distintas a questão da descontinuidade e dos entrelaçamentos de espaços apresentada por Haesbaert permite pensar sobre a apropriação simbólica do mesmo em que a “identificação que determinados grupos sociais desenvolvem com seus 'espaços vividos'” (2002: 120) é que possibilita a coexistência, não necessariamente pacífica, pois um mesmo espaço pode ser simultaneamente dominado e apropriado por instituições distintas, permitindo a construção de laços de identificação distintos.

Partindo desse pressuposto, defende-se que algumas construções tornam-se com o passar dos anos tão representativas de determinados momentos da vivência cidadina, que deixam de ser apenas um imóvel e adquirem uma outra significação: tornam-se elementos cristalizados de segmentos da identidade local, como é o caso da Casa do Divino. Isso ocorre porque “a cidade é expressão de ordem social, econômica, política, cultural e tecnológica por resultar da atividade da sociedade para construir os espaços em que habita e desenvolver suas relações com as pessoas”. (MACHINSKI, 2010: 119-120) Nessa lógica, o imóvel não necessita enquadrar-se nos critérios usuais para a preservação: destacado valor arquitetônico,

---

2 Foi um movimento de inspiração eminentemente hierárquica e clerical, capaz de uniformizar a liturgia e o catecismo no mundo, isto é, em Roma, na África, na Ásia e na América o modelo de catecismo era o mesmo, ou seja, a partir de uma perspectiva de centralização e de reeuropeização. Para saber mais sobre romanização ler: ARAÚJO, José Carlos S. **Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986, p. 22-24. AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil (1920-1930) I e II. **Síntese**. 10, 1977, p. 61-89; 11, 1977, p. 73-101. \_\_\_\_\_ & BEOZZO, José Oscar (orgs.). **Os religiosos no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, 1986.



histórico, simbólico e/ou sentimental, mas ser analisado enquanto elemento participante de uma lógica urbana própria, que levou certo tempo para ser construída, pois representa parte dessa sociedade. Assim constitui-se a paisagem urbana: moldada por forças físicas e pela organização social, que trazem consigo a marca da cultura de uma dada sociedade estabelecida em um lugar. Entendendo lugar como “o princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para os que o observam, possuidor de três características comuns: são identitários, relacionais e históricos”. (HAESBAERT, 2002: 138) Diante de tudo o que já foi apresentado essas três características podem ser analisadas como as que garantiram uma estabilidade mínima para que a Casa do Divino se mantivesse atuante até a contemporaneidade: as pessoas se identificam com ela e são identificadas pelos outros por serem devotos dela; o lugar (casa) é um espaço dotado de valor onde uma multiplicidade de relações, em diferentes níveis, se desenvolvem e ela se insere em um contexto histórico, tanto pelo viés local/regional/nacional, como cronológico e até religioso.

A partir dessa postura nos é permitido compreender a cidade como composta por formas narrativas capazes de descrever sua história e de participar no processo de construção da identidade daqueles que a habitaram e a habitam. Essas formas narrativas se materializaram no desenho das ruas, na tipologia das praças, na construção das casas, porque “são esses elementos que, quando conservados na estrutura urbana, possibilitam rememorar e reconstruir a história da cidade ao possibilitarem analisar a sua fundação, (...), a sua organização econômica e social, a estrutura política” (MACHINSKI, 2010: 120) e, também, religiosa. Em outras palavras, o estudo e a preservação de um patrimônio cultural, independente se material ou imaterial, garante o direito “à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade”. (FONSECA, 2003: 67.) Analisando tal possibilidade a partir de Haesbaert vê-se que,

muitos espaços expressam muito mais do que a manifestação concreta de seus prédios, estradas e montanhas. Neles há 'espaços' ou, se preferirem, territórios (enquanto espaços concreta e/ou simbolicamente dominados/apropriados) de um caráter particular, especial, cuja significação extrapola em muito seus limites físicos e sua utilização material. É o que autores como Poche (1983) denominam 'espaços de referência identitária', a partir dos quais se cria uma leitura simbólica, que pode ser sagrada, poética ou simplesmente folclórica, mas que, de qualquer forma, emana uma apropriação estética específica, capaz de fortalecer uma identidade coletiva que, nesse caso, é também uma identidade territorial. (2002: 149)

A Casa do Divino atua como um desses espaços de referência identitária em Ponta Grossa a ponto que foi reconhecida como patrimônio cultural local, pois ela participa até hoje do processo de estruturação da identidade local, não delimitada apenas pela lógica fixa dos territórios de naturalidade, mas dos territórios simbólicos, que não possuem fronteiras



definidas de maneira estática e excludente, mas dão sentido àquilo que cerca o homem, dando “um sentido ao grupo, ao meio em que vive e ao destino de cada um” (CLAVAL, 2001: 296), visto que “o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente” (SANTOS, 2006: 67).

Promovendo o diálogo necessário entre a base teórica da geografia cultural e o conceito de patrimônio percebe-se que uma das características do patrimônio é a sua capacidade de modificação para conseguir manter-se vivo, ou seja, ao mesmo tempo em que é uma invenção cultural que se perpetua, modifica-se/adapta-se à realidade contemporânea para continuar existindo. E isto ocorre porque independente do tipo de patrimônio que se estude deve-se partir do pressuposto de sua capacidade de identificação que dá sentido ao grupo a que ele se refere, que por sua vez não se cristaliza em uma forma única, mas para sobreviver se transforma. Pois, “é a sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida. Só a vida é passível desse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem o poder de tudo transformar amplamente”. (SANTOS, 2006: 70) A Casa do Divino, enquanto um imóvel, uma casa, não é nada. Ela só tem sentido, inclusive para ser preservada com amparo legal, porque lhe foram atribuídos determinados valores, isto é, seu espaço possui um conteúdo social, que “não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização qualificada”. (SANTOS, 2006: 82)

### **Referências Bibliográficas**

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CAPRI, Elizabeth J. **De católicos poloneses a ponta-grossenses católicos: a Escola Sagrada Família – 1933-1945**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.
- CASCUDO, Luís C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Global, 2001.
- CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.
- DA MATTA, Roberto. **Carnaval, malandros e heróis**, para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- DIÁRIO dos Campos. Redação. **Divino em Ponta Grossa vai completar 100 anos**. Ponta Grossa, Diário dos Campos, 28.jan.1979.
- FONSECA, Maria C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.



- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- GIMENEZ, José Carlos. **A Rainha Isabel nas estratégias políticas da Península Ibérica: 1280-1336**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- KERSTEN, Márcia. **Os rituais do tombamento e a escrita da história**. Curitiba: UFPR, 2000.
- HOLBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12456&retorno=paginaIphan>
- MACHINSKI, Fernanda. “Memórias” e patrimônio arquitetônico em Ponta Grossa-PR: subsídios para sua salvaguarda. In: SAHR, Cicilian L. L. **A paisagem como patrimônio cultural: Campos Gerais e matas com araucária no Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.
- MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- POSSAMAI, Zita R. Destruição legal e ilegal do patrimônio histórico. In: HEINZ, Flávio M.; HARRES, Marluza M. (Orgs). **A história e seus territórios**. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- PROCESSO de Tombamento do imóvel “Casa do Divino”, COMPAC. 02/2004. Ponta Grossa, 2006.
- ROCHA, Vanderley de P. **Fé, cultura e tradição: as celebrações em honra ao Divino Espírito Santo na cidade de Ponta Grossa 1882-2011**.
- ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: